

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO VALE DO JEQUITINHONHA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcos Antônio Nunes[♦]
Sabrina Aparecida Batista[▲]
Bianca Reis Cardoso[★]

Resumo

Esta comunicação visa analisar as políticas públicas do turismo brasileiro e apresentar alternativas ao desenvolvimento da atividade em regiões pobres, particularmente o Vale do Jequitinhonha. Ao se tratar de área de repulsão demográfica e baixo índice de desenvolvimento humano, o senso comum sinaliza a inviabilidade da implantação da atividade turística no Vale do Jequitinhonha. Contudo, a densidade de seus atrativos naturais e histórico-culturais indica inúmeras possibilidades para os segmentos turísticos. O turismo é uma atividade essencialmente espacial, caracterizado pela fluidez, que implica em “mobilidades”, tanto humana, pois determina o traslado do “consumidor” (turista), quanto de veículos, mercadorias, serviços e informações. Essa mobilidade deve garantir a distribuição espacial da oferta de serviços e o desenvolvimento socioeconômico das territorialidades, que compreendem três áreas distintas: os centros de emissão, os núcleos receptores e as áreas de deslocamento. Por isso, as políticas públicas do setor devem analisar a atividade do ponto de vista do desenvolvimento territorial, já que (re)produz, seleciona e segrega o espaço. Entretanto, as experiências de planejamento turístico adotadas até então, privilegiam os polos turísticos consolidados, e tem-se mostrado ineficazes para promover efeitos de “arraste”, que resultassem no desenvolvimento das áreas periféricas. Esse modelo dominante está vinculado ao processo de globalização e ao fascínio pela inserção competitiva das localidades turísticas, que aparecem desconectadas da realidade regional. É possível promover o desenvolvimento turístico na região de forma mais equânime? A proposta que apresentamos é o desenvolvimento territorial do Turismo a partir das redes de localidades, que pode incrementar a atividade nos diversos núcleos receptores, através da alternância de eventos turísticos, da mobilização das comunidades, dentre outros. O Jequitinhonha assiste algumas incursões nesse sentido, como o Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha. Contudo, faz-se necessário adotar modelos de planejamento turístico territorial, que levem em consideração outras peculiaridades regionais.

Palavras – Chave: Análise territorial do turismo, políticas públicas, desenvolvimento socioeconômico, Vale do Jequitinhonha.

[♦]Instituto de Geociências Aplicadas (IGA/SECTES/MG). geoman@terra.com.br

[▲]Instituto de Geociências (IGC/UFMG). sabrinabatista@rocketmail.com

[★]Instituto de Geociências (IGC/UFMG). bireisc@gmail.com

INTRODUÇÃO

A região do Jequitinhonha está localizada no nordeste mineiro e detém 13,3% do território estadual, cuja área totaliza 78,3 mil km², que compreende quatro sub-regiões¹: o Alto, o Médio, o Baixo, e os municípios da Antiga Área Mineira da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), conforme mostra a Figura 1 (anexo).

O Vale do Jequitinhonha, bem como o Mucuri e o norte mineiro são referidos na literatura como “regiões-problema” de Minas Gerais, caracterizadas por economias deprimidas e de forte refluxo demográfico. Contudo, o Jequitinhonha, em especial o Alto Jequitinhonha, representado pela centralidade de Diamantina, permaneceu mais de dois séculos na vanguarda econômica da então Capitania e Província de Minas Gerais².

Somente após a decadência econômica da região no transcurso do século XIX para o XX, a região apresentaria crescimento econômico abaixo da média do Estado, com perdas absolutas de população, e dependendo das políticas públicas federal e estadual, para reduzir os efeitos da perda de seu dinamismo³.

As políticas públicas constituem um conjunto de medidas que visam à organização do futuro de um país, estado, cidade, etc., e devem por isso orientar as ações do presente, com equidade e representatividade, de modo que contribuam para mitigar as desigualdades socioeconômicas promovidas pela força do capital. Em outras palavras, elas se referem ao planejamento⁴, que é o instrumento adequado que o Estado, como agente, dispõe e utiliza para articular outros agentes na promoção daquelas ações.

Contudo, vale ressaltar que os agentes do planejamento são constituídos do corpo técnico, com especificidades políticas e ideológicas, lotados tanto no setor público quanto no privado, com propósitos distintos que, geralmente, visam atender a interesses econômicos de grupos já organizados. Daí dizer que o planejamento é um instrumento de poder, manifesto pelas intencionalidades de seus

¹O recorte espacial adotado neste trabalho é o mesmo utilizado por Marcos A. Nunes em sua dissertação de mestrado (NUNES, 2001), que por seu turno deriva do projeto *A Riqueza e a Pobreza do Vale do Jequitinhonha – Inventário Geo-histórico e Proposições de Desenvolvimento Sustentável*, que foi coordenado pelo prof. Ralfo Matos, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, no final dos anos 1990 e início dos 2000. A “região do Jequitinhonha”, *ipsis litteris*, corresponde à antiga Região de Planejamento VII, que abrangia 51 municípios, até 1991.

² Mesmo após a decadência do setor minerador, contrariando as análises de economistas clássicos cujas lentes observaram a macroescala, a economia do Alto Jequitinhonha permaneceu vigorosa por muitos anos, graças à participação da agricultura no processo de acumulação capitalista (MENESES, 2000).

³ A região conta com incentivos fiscais provenientes da SUDENE, na esfera federal, e, no plano estadual, conta com a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas, que, atualmente, desenvolve diversos programas, dentre eles, o Turismo Solidário, que será analisado no próximo capítulo.

⁴ A palavra deriva do radical *plan*, que significa plano, chato. Planejar é o mesmo que aplainar, aparar arestas, tornar menos dispar, reduzir diferenças.

idealizadores, por isso não é neutro; e nem tampouco se trata de um “método empírico” (BARRETO, 2002).

Em face da escassez de recursos públicos em investimentos, sobretudo em áreas que o setor privado deveria ser co-participante, como é o caso da atividade turística, observa-se intensa seletividade no emprego dos mesmos, o que amplia as disparidades socioeconômicas e inter-regionais. Em relação ao planejamento do setor, é comum a aplicação de vultosos investimentos em complexos turísticos construídos pela iniciativa privada, a maioria deles incentivados por governos estaduais, que não obedecem aos preceitos da política estratégica de desenvolvimento regional (BENI, 2003, p. 128).

É necessário entender que tais incentivos acentuam as disparidades regionais, apesar de que o turismo, longe de ser a panacéia, pode ser uma atividade que incentive a iniciativa privada, mediada pelo poder público em todos os seus níveis, na promoção do emprego e do desenvolvimento econômico. Todavia, no Brasil, prevaleceram políticas que estimularam à concentração e não o desenvolvimento territorial. À luz das principais políticas públicas no nível federal e estadual que essa pesquisa pretende analisar, e, modestamente, apresentar alternativas compatíveis para o desenvolvimento do turismo no Vale do Jequitinhonha.

1- POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SEUS REFLEXOS NO VALE DO JEQUITINHONHA

1.1- Breve Histórico do Planejamento Turístico no Brasil

As políticas públicas de turismo surgem para reunir e organizar de forma ampla as atuações da atividade turística voltada para melhorias no cenário econômico do país. A elaboração de planejamentos turísticos deve ser permeada por políticas públicas que expressam o esforço do governo em promover o turismo nas localidades. Essas são conceituadas por Cruz (2000) como uma soma de intenções, diretrizes e estratégias determinadas pelo poder público, com a finalidade de desenvolver plenamente a atividade turística local.

O planejamento e administração do turismo no Brasil têm início na década de 60, quando é criada a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e o CNTUR – Conselho Nacional de Turismo, a partir do Decreto-lei n.55, de 18 de novembro de 1966. Embora existam leis anteriores que contribuíram para a atividade turística, é a partir dessa diretriz que o turismo é introduzido no sistema produtivo do país e, considerado como parte da estrutura administrativa federal.

Nesse mesmo decreto, no art. 1º, é definida a Política Nacional de Turismo, retratada como o "conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional" (FERRAZ⁵, 1992 apud CARVALHO, 2000, p.101).

É importante salientar, que as políticas públicas até o início da década de 90 ficaram restritas a incentivos fiscais e financeiros, sobretudo para o setor hoteleiro. No entanto, a partir dos anos 90, propõe-se uma organização da política pública de turismo no país envolvendo governo, iniciativa privada, academia e sociedade. Pela primeira vez a dimensão territorial foi considerada no planejamento turístico.

Na esfera federal, as principais políticas públicas adotadas foram o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR NE) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). No plano estadual, merece analisar o Programa Turismo Solidário.

1.2 - Políticas Públicas do Turismo e Reflexos no Vale do Jequitinhonha

Ao se pensar a promoção do turismo é preciso considerar os impactos gerados. A atividade pode provocar impactos econômicos, classificados segundo Rabahy e Andrade (s.d), como “diretos - geração de empregos, redistribuição de renda; indiretos - efeitos multiplicadores sobre outras atividades, geração de receita pública através do aumento da arrecadação tributária.”.

Esses impactos podem ser positivos, quando aumentam a renda do lugar, geram empregos, aumentam a riqueza da população e as receitas do governo; ou negativos, quando resultam em pressão inflacionária, dependência da economia, prejuízos socioculturais e ambientais.

Ao visar o desenvolvimento do turismo, o Governo Federal criou em 1992 o PRODETUR NE⁶. Nesse programa, propõe-se implantar uma linha de crédito que auxilie a implementação de mega-projetos em regiões concebidas como polos, empregue mão-de-obra nacional e que promova o crescimento econômico local. Primeiro foi implantado o PRODETUR NE I, entre 1996 e 1999; em seguida o PRODETUR NE II, que incluiu a região do Vale do Jequitinhonha.

⁵FERRAZ, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Campinas: Papyrus, 1992.

⁶O PRODETUR NE é uma iniciativa da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, MturMinistério do Turismo e com apoio da EMBRATUR, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD – Banco Internacional para a reconstrução e Desenvolvimento e parceria com o Bando do Nordeste.

Para obter financiamento⁷ no âmbito do PRODETUR NE II, foi necessário definir o Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha e elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS⁸). O PDITS tem por objetivo criar oportunidades de trabalho e promover o desenvolvimento regional. Através dele é possível avaliar e diagnosticar o potencial turístico dos municípios, identificar os imóveis que necessitam de restauração e os patrimônios tombados. Por meio desse plano foram selecionados nove municípios, dado à relevância histórica que os tornam atrativos: Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina.

Os estudos realizados pelo PDITS na região revelam como destaque seus recursos culturais e naturais; ao preservar esses atributos é instigar o sentimento de pertencimento e valorização dos costumes. Uma limitação perceptível na atuação do PRODETUR-NE II, em particular no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, é a centralização dos recursos em Diamantina. A cidade é um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo regional brasileiro, por isso sua função é promover o desenvolvimento turístico da região. Entretanto, Diamantina, patrimônio histórico e cultural, tem se limitado à promoção do turismo local sem que verifique os efeitos de redistribuição. Esta centralização dificulta o envolvimento dos demais municípios, na constituição do que deveria ser um “circuito turístico⁹”.

Outra política pública implementada para o desenvolvimento do setor foi o PNMT¹⁰, importante para a descentralização administrativa do turismo, baseado no princípio de que a atividade se manifesta antes de tudo na esfera municipal. A incorporação de seus princípios acontece em 1993/1994, sendo implantado por volta de 1996. Os pilares que fundamentam o PNMT são a promoção do desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e político.

Percebe-se que as prefeituras dependem das esferas superiores do governo para realizar ações. Este empecilho é agravado quando os municípios sofrem atrasos e rompimentos derivados da troca de gestão municipal.

O Plano de Regionalização do Turismo (PRT), elaborado pelo Governo Federal, é uma continuidade do PNMT, mudando-se a extensão da área de influência, do nível municipal para o regional. Pode-se afirmar que a proposta avançou, pois primeiro planeja-se o município para depois

⁷“Somente parte dos projetos do Plano de Ação poderá ser objeto de financiamento no âmbito do PRODETUR/NEII. O Estado e os demais atores interessados no desenvolvimento continuado do turismo na região (setor privado e comunidades afetadas) devem buscar os recursos adequados para viabilização daqueles projetos do Plano que não são elegíveis no PRODETUR/NE e que, no entanto, são importantes para o Desenvolvimento Sustentável” (PRODETUR/NE II – PDITS, 2010).

⁸O PDITS do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha foi elaborado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro a pedido da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

⁹Diamantina integra o Circuito Turístico dos Diamantes.

¹⁰O Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT segue um modelo da Organização Mundial de Turismo – OMT, elaborado no Brasil pela EMBRATUR, na década de 1990.

integrá-lo à região (turística). Entretanto, na prática, o PNMT não conseguiu envolver adequadamente os municípios turísticos credenciados.

A perspectiva de se trabalhar o nível regional é relevante para o desenvolvimento econômico, pois implica na ampliação da área territorial, aumento da oferta de atrativos turísticos, necessidade de roteirização e o conseqüente aumento dos fluxos¹¹. Além disso, é um modelo de gestão descentralizada, que permite, através do rodízio administrativo, que os atores dos municípios integrantes participem na tomada de decisões. Pela primeira vez o Ministério do Turismo utiliza o termo “indutor”, ao se referir aos “destinos indutores”, na perspectiva de que se promova o “efeito de arraste” do desenvolvimento turístico, como na visão de François Perroux¹².

Uma política que merece ser tratada aqui é o Programa Turismo Solidário¹³, que surgiu como possibilidade para inovar o modo de se fazer turismo no Vale do Jequitinhonha. Sua proposta é envolver os turistas nas atividades da comunidade, estabelecendo uma relação de troca e cooperação. A meta é atrair um novo tipo de turista, que se preocupa com a população do destino e está disposto a contribuir ativamente para melhorias no local. O programa atua em 20 localidades, sendo que 8 são sedes no Vale do Jequitinhonha: Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Grão Mogol, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina.

A proposta do Programa Turismo Solidário é socialmente relevante, posto que, tanto a população quanto os turistas podem usufruir de ricas vivências culturais. A respeito dos efeitos desse turismo, que tem a solidariedade como motivação, é promovida a interação comunidade-turista, a população recebe capacitação e transformam suas casas em receptivos familiares.

De acordo com o objetivo do programa, pretende-se melhorar o cenário econômico da região, o que prevê transformações sociais e possível necessidade de reformulação dos atrativos ofertados.

¹¹O espaço turístico é essencialmente fluído, e também espaço dos fixos e dos fluxos. Os fluxos referem-se ao movimento de pessoas, mercadorias, serviços, etc. A esse respeito ver Rodrigues (2001).

¹²Economista, elaborou a Teoria dos Pólos de Crescimento em 1955. Para ele, uma indústria motriz é capaz de induzir transformações e atuar como agente de dinamização regional, provocando atração de outras indústrias, surgindo os complexos industriais. Para o setor turístico, um polo pode dinamizar o seu entorno a partir das trocas comerciais, matéria-prima, serviços, etc. No Jequitinhonha, Diamantina não pode exercer esse papel sozinha; outros polos (turísticos) devem ser estruturados: Araçuaí, Salinas, Almenara, etc.

¹³O programa foi criado pela Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Norte de Minas – SEDVAN, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, Ministério do Turismo e Banco do Brasil.

2- ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO VALE DO JEQUITINHONHA

2.1 – O Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha: turismo endógeno?

O Festival é, sem dúvida, uma das maiores expressões turísticas do Jequitinhonha, tornou-se coadjuvante da atividade e do espaço à valorização da cultura jequitinhonhense. O primeiro Festival ocorreu na cidade de Itaobim, em 1980. Desde então, o evento itinerante tem passado por diversas cidades, promovendo a cultura e a arte, através da música e das tradições regionais.

De 1980 até o presente foram realizados 27 eventos. Segundo a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - FECAJE¹⁴, o último festival teve um público estimado entre 8 e 10 mil pessoas por dia¹⁵, originadas da própria região e, com frequência, de outras partes de Minas Gerais e outros estados. O que se projetou inicialmente para ser um projeto endógeno, tornou-se um evento indutor, com alcance extra-regional.

A FECAJE organiza o evento desde 1991 e, a partir de 2006, propôs edital a fim de selecionar as cidades interessadas em sediar o evento. Para isso, a cidade precisa pertencer ao Vale do Jequitinhonha, ter estrutura mínima para promover o festival, além de possuir um movimento cultural articulado.

Apesar do caráter itinerante do Festival, algumas cidades já o sediaram mais de uma vez, como é o caso de Araçuaí, Bocaiúva¹⁶, Itaobim, Jequitinhonha, Minas Novas, Pedra Azul e Salinas. Ainda de acordo com a Federação¹⁷, um dos problemas enfrentados para a realização do evento é a falta de recursos, sendo preciso muitas vezes solicitar auxílio financeiro provenientes das leis de incentivo à cultura. Outro problema é a logística dessas cidades, carentes em infraestrutura para sediar grandes eventos.

O Festival representa, a nosso ver, uma das iniciativas mais promissoras da região, sobretudo por estimular a integração dos atores locais, representados pelos setores público e privado, e também a comunidade. No entanto, para que ocorra a propagação turística, isto é, a visitação aos atrativos das cidades circunvizinhas à sede, necessita de um trabalho de promoção e marketing, de forma integrada, para “aliviar” a pressão¹⁸ no setor de serviços da sede municipal onde ocorre o evento.

¹⁴A Fecaje foi criada em 25 de agosto de 1990, em substituição ao Centro Cultural e Artístico do Vale do Jequitinhonha (CCAVJ).

¹⁵Informação obtida mediante entrevista, por email, com o atual Diretor Executivo Adjunto da FECAJE, em maio 2010.

¹⁶Embora Bocaiúva não pertença ao Vale do Jequitinhonha, ela sediou o Festival com o objetivo de integrar a região do São Francisco ao Vale.

¹⁷Informação também obtida, por email, com o atual Diretor Executivo Adjunto da FECAJE.

¹⁸Conforme informações obtidas na Secretaria de Cultura do Município de Salinas, o Festival de 2004, realizado em Salinas, atraiu cerca de 10 a 15 mil pessoas no total. Parte desse fluxo poderia ser direcionado para os municípios vizinhos.

O fato de o Festival ser um evento pontual e sazonal, embora tenha efeitos benéficos para a região, não é suficiente para impulsionar o turismo e, nem tampouco, o desenvolvimento socioeconômico do Vale. Atrelado a ele, é preciso políticas que motivem a formatação de novos produtos capazes de promover melhorias na região numa perspectiva em redes.

2.2 - Jogos Estudantis e a experiência turística no Jequitinhonha

O fato de a região ser área de refluxo populacional, não representa apenas perda quantitativa de recursos humanos, significa também a migração de parte da memória e da cultura jequitinhonhense. Muitos migram, sobretudo quando acabam de completar a maioridade. O destino não é diferente daqueles que querem “vencer na vida”; partem em direção aos grandes centros urbanos, para trabalhar na construção civil, ou para as zonas cafeeiras do sul de Minas, ou dos canaviais do oeste paulista, dentre outros.

Uma alternativa que se vislumbra para o desenvolvimento turístico do Jequitinhonha, e mesmo de outras regiões, deve iniciar no período infanto-juvenil, através da educação. O mundo fora das paredes de sala de aula se apresenta como oportunidade ao aprendizado, e algo novo a ser conquistado pelo aluno, é também uma oportunidade para que o ensino da Geografia incorpore a dimensão do turismo, pois em nossa formação geográfica, a conscientização pelo turismo foi negligenciada (XAVIER, 2002).

Essa alternativa já existe, mas encontra-se desarticulada com o setor de promoção do turismo, trata-se do Minas Olímpica, ou os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), que é um programa esportivo/social de Minas Gerais, e faz parte do projeto Minas Esporte do Governo do Estado. Os jogos já envolveram mais de 160 mil alunos, 8 mil professores, 16 mil profissionais, 3 mil empregos diretos, 8 mil empregos indiretos, e meio milhão de espectadores (JEMG, 2010).

A presente proposta é que a Secretaria de Estado do Turismo articule com os promotores do JEMG a realização dos jogos obedecendo a regionalização dos circuitos turísticos do Vale do Jequitinhonha, pois seria um meio eficiente e lúdico para os estudantes jequitinhonhenses conhecerem e divulgarem os atrativos de sua região.

Os circuitos que atuam no Vale do Jequitinhonha são: dos Diamantes, Pedras Preciosas, Lago de Irapé, Sertão Gerais, Serra Geral do Norte de Minas. O papel dos circuitos está relacionado à ideia de “redes” de cidades, pois tem o intuito de divulgar o conjunto das cidades pelas suas semelhanças. Porém, uma dificuldade é a falta de integração entre os municípios, o que impossibilita um desenvolvimento igualitário. Como aborda Freitas (2008), os municípios devem reformular suas

estruturas organizacionais a fim de interagir com o sistema dos circuitos. A integração regional necessita de um desenvolvimento congruente e simultâneo entre os municípios para ocorrer de fato.

2.3 - Outras propostas

A reboque de outras atividades já existentes no Jequitinhonha, deve-se incentivar o turismo de negócios e a promoção da rede hoteleira; a promoção do ecoturismo e maior divulgação de seus parques.

Observa-se que o segmento religioso, aqui representado pela Arquidiocese de Diamantina e as dioceses presentes no Vale do Jequitinhonha, podem contribuir legitimamente com o turismo religioso, ao divulgarem datas festivas e eventos relacionados às festas religiosas em seus respectivos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Jequitinhonha, observou-se que apenas o PRODETUR NE II promoveu incentivos ao desenvolvimento turístico da região, através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, cuja abrangência foi de nove municípios.

Os efeitos das políticas públicas para o setor não promoveram a integração das cidades do Jequitinhonha, pois não há uma rede integrada de lugares turísticos. Configura-se, no entanto, um “embrião” denominado FESTIVALE, que promove, de forma pontual e sazonal, o turismo na região através da arte e da cultura jequitinhonhense.

Alternativas apresentadas ao fortalecimento dessa rede são os jogos estudantis, as modalidades já existentes, como o turismo de negócios e o ecoturismo, e o fortalecimento do turismo religioso no Jequitinhonha, pelas dioceses e Arquidiocese de Diamantina. A rede turística só se desenvolverá com o aumento dos fluxos.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Margarita. Planejamento e organização em turismo. 7. ed. Campinas-SP: Papirus, 2002.
- BENI, Mário Carlos. Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003. (Turismo).
- CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. Portal de periódicos eletrônicos da Universidade Federal de Goiás. Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, p. 97-109 jan/dez. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/458/442>> Acesso em: 30 maio 2010.
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo-SP: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

FECAJE. Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <www.fecaje.org.br>. Acesso em: 25 maio 2010.

FREITAS, Cláudia Lamounier. Turismo, política e planejamento: estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. 2008. 394f. Tese(Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

JEMG. Jogos Escolares de Minas Gerais. O que é. Disponível em: <<http://www.jemg.com.br/jemg/index.php?jemg=oque>>. Acesso em: 31 maio 2010.

LIMA, Jandir Ferreira da; SILVA, Josemar Raimundo da; PIFFER, Moacir. A teoria da polarização como instrumento de programação econômica a nível regional. Revista de Desenvolvimento Econômico, s.d (mimeo).

MENESES, José Newton Coelho. Produção de alimentos e atividade econômica na Comarca do Serro Frio - século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000, p. 126-146. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MENESES.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2010.

NUNES, Marcos Antônio. Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais. 2001. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007-2010. Uma viagem de inclusão. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?url=http://www.brasilconvention.com.br/docs/download/plano_nacional_de_turismo_pnt_2007_2010.pdf&pli=1> Acesso em: 20 maio 2010.

PRODETUR/NE II – PDTIS. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/prodetur_ne2/gerados/pdits.asp>. Acesso em: 25 maio 2010.

PRODETUR/NE II – Pólos de Turismo. Pólos de turismo: conceitos e etapas de implementação. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_polosdeturismo.asp>. Acesso em: 25 maio 2010.

RABAHY, Wilson Abrahão; ANDRADE, José Roberto de Lima. Situação e Perspectivas da Atividade Turística no Brasil. Observatório de Turismo do Paraná. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/turismo14.pdf>> Acesso em: 23 maio 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). Turismo: como aprender, como ensinar. 1. São Paulo: SENACSP, 2001. p. 87-122.

TURISMO SOLIDÁRIO. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br/>> Acesso em: 25 maio 2010.

XAVIER, Herbe. A incorporação da dimensão do turismo do ensino da Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. p. 59-68.

ANEXO

Figura 1

